



ID: 116930908

01-05-2025

FIGURA DA SEMANA

MARIA DE LURDES RODRIGUES: UM BOM EXEMPLO DE GENEROSIDADE E CORAGEM QUE TALVEZ NÃO CHEGUE

Foi apresentado na semana passada, em Lisboa, na Fundação Champalimaud, um Documento em livro que reúne textos de 50 figuras, umas mais conhecidas que outras, que se assume como um Manifesto dos 50. Já subscrito por outros mais que estes 50 (terá neste momento cerca de 200 assinaturas de adesão), o propósito dos seus mentores é levantar a voz a favor de uma profunda Reforma da Justiça e sensibilizar a sociedade portuguesa a necessidade de colocar esta reforma entre as prioridades nacionais para recuperar a estabilidade jurídica, política e até emocional, que nos últimos anos parecem menos firmes e, por isso mesmo, menos sólidas.

Vamos lá ver, então:

Não se questiona aqui a necessidade do sector da Poder Judicial poder necessitar de uma forte mobilização do sector pensante do país, juntando no mesmo propósito gente sua e outra que com ela confie e tenha condições para enriquecer o trabalho a fazer, seja na organização judiciária, no suporte legislativo, na definição exacta do que cabe e compete a cada um dos poderes de soberania –judicial, legislativo e executivo –por forma a que não colidam entre si, se respeitem, se entremudem se for o caso e também que se avivem alguns conceitos jurídicos que cada vez parecem perder a nitidez dos respectivos contornos. A denúncia anónima, agora tão em voga, parece-nos ser um bom exemplo.

Será este o momento para uma reforma da dimensão que se pretende e deseja? Estará o país capaz de criar, disponibilizar e fornecer contributos suficientemente válidos para que essa reforma se consiga e saia obra com Saber e Ciência para responder às necessidades do sistema judicial e com credibilidade para que conquiste o colo de adesão da sociedade? A Justiça precisa e ganha força se o povo, a quem se destina em primeira linha, nela acreditar e nela confiar.

Onde estará neste momento a força motriz da sociedade portuguesa que possa estar interessada numa Justiça justa, saudável e respeitável? Nos destinatários da Justiça, nos cidadãos de boa fé que precisam conhecer e confiar no sistema judicial para saberem onde devem colocar os pés ou naquele sector da sociedade sem fronteiras onde os interesses se movimentam em placas giratórias, que precisam de conhecer a lei apenas para melhor a poderem contornar?

Trará consigo este “Manifesto dos 50” agora apresentado força suficientemente motivante e mobilizadora para chamar o mundo do Direito e da Justiça, da Política, da Ciência e tantos outros ramos do Saber e sentá-los à mesma mesa para definir os contornos do que se precisa? Terá este Movimento, seguramente bem intencionado, credibilidade bastante para chamar à causa tantos outros, melhores uns, nem tanto outros, para por o carro em movimento sem necessidade de recorrer permanentemente à manivela como acontecia com os carros antigos?

O livro agora apresentado que reúne as contribuições



dos 50 subscritores fica aquém, parece-nos, dessa dimensão intrínseca e mobilizadora. Todos os autores são gente de bem, mais que credível, conhecedora do sector e da realidade actual, seguramente. Mas a nossa ver falta-lhe, ou não tem ainda, capacidade mobilizadora para que seja fonte capaz de matar a sede do sector da Justiça que, se de algo importante necessitar, é de uma reforma profunda e não apenas de remendo aqui e remendo acolá. As contribuições agora vertidas em livro pelos subscritores, pelo menos parte delas, são contributos valiosíssimos, com certeza. Mas trata-se de tomadas de posição publicadas, muitas delas, em artigos de Jornais, alguns já com rugas. O livro coligiu, merece uma leitura atenta e quem o ler aprende muita coisa. Claramente. Mas a sua maior valia neste momento talvez resida em si próprio: mostrar que uma reforma profunda necessitará de muito mais. Mais ideias, mais pessoas, mais e melhores contributos. Aliás, nestas coisas não há nunca toques de alvorada a chamar a malta para a parada. Uma reforma desta importância, como a da Saúde e outras mais, bem poderia ter nascido de um poder que, não tendo enquadramento jurídico legal, existe mesmo e pode ter, e tem tido ao longo dos tempos em muitos locais do mundo, um poder efectivo e mobilizante como aquele que nos parece a Justiça portuguesa precisar: um forte poder de influência. Influência que venha da forma superior como certas funções podem ser desempenhadas. Entre nós desde logo a Presidência da República, que de outros poderes reais poucos tem. O actual presidente não dirigiu no sentido das grandes reformas a influência que o cargo comporta, mas também temos muitas dúvidas que o seu perfil a isso se ajustasse. Outras figuras, se as houve nos últimos anos em que o sistema bem delas precisava, deixaram-se ficar sossegadas e tranquilas, ainda que inquietas com certeza, e não saíram do seu conforto. Talvez por isto: num sistema enviesado como o nosso, sair à estocada com pensamento novo e ousado torna de imediato o seu autor num alvo a abater. Por isso... mais vale ficar quieto. Começa aqui a talvez maior debilidade do nosso sistema e não apenas do judicial.

NOTA: Maria de Lurdes Rodrigues, professora universitária do ISCTE, de Lisboa, antiga ministra da Educação e senhora muito respeitável da política portuguesa, aceitou ser o elemento congregador dos autores que colaboraram com o livro agora apresentado. Sem o seu esforço e o respeito generalizado que lhe é dispensado, temos dúvidas que o livro tivesse saído.